



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

1 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
2 COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

3 Ao vigésimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta
4 minutos, na sala de gestão do Palácio das Araucárias, situado à Rua Jacy Loureiro de
5 Campos, S/N, ao bairro Centro, Curitiba – PR. Deu-se início a Reunião Ordinária do
6 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES, E**
7 **APÁTRIDAS – CERMA**, fizeram-se presentes, conforme convocação os conselheiros
8 **Titulares Governamentais:** João Guilherme De Mello Simão (SEJUF-DEDIF), Joice
9 Barbaresco (SEED), Yuri Roesler (SESP), Lucimar Godoy (SESA) Luis Brugnera (SECC)
10 e Maria Gorette Brotti (SETI) **Titulares da Sociedade Civil:** Marcia Terezinha Ponce
11 (Cáritas Regional Paraná), Juliana Mara da Silva (CRESS), Deusa Rodrigues Favero
12 (Caritas Londrina), Andressa Gongora (Aras Maringá), Ana Sofia Guerra (CRP), Cassiana
13 Kreher (SOS Aldeias Infantis), Gustot Lucien (Pastoral do Migrante Curitiba)
14 **Representantes:** Dra. Aieda Muhieddine (Comissão Direitos Humanos OAB-PR) Nerissa
15 Krebs Farret (OIM/ONU), Prof. Tatyana Friedrich (UFPR) Isaac Ramos Ferreira (SEJUF-
16 DET) Ana Bela Batista (SEJUF-CEIM) e Isabella Traub (CAOPJDH – MPPR).

17 As oito e trinta minutos deu-se início a reunião das comissões. Foi apresentada e
18 aprovada a pauta da parte da manhã. Após houve momento de plenária. O principal
19 objetivo da reunião foi refletir sobre como reorganizar o objetivo das comissões e sua
20 disposição interna e de retomar alguns assuntos já discutidos na gestão anterior do
21 conselho. Nos relatos das comissões A conselheira Andressa expressou novamente a
22 pouca participação e envolvimento, e reiterou a questão do fôlder que fora discutida,
23 inclusive em plenária, porém o fôlder não fora impresso, e também haver uma cartilha.
24 Um dos interesses é resgatar o fôlder, e refizeram a solicitação à Secretaria de Justiça
25 para que busque nos arquivos e encaminhasse para os conselheiros da comissão, para
26 que fosse avaliado e exibido na próxima reunião. O conselheiro Luis Brugnera relatou da
27 possibilidade de promover exposições e outras intervenções artísticas pela SECC com a
28 temática migrante e colocou a secretaria a disposição do conselho. Reiterou também de
29 fazer um mapeamento dos migrantes com dons artísticos para expô-los. Foi solicitado ao
30 Departamento de Trabalho da SEJUF que se faça um levantamento de vagas de emprego
31 para migrantes. O conselheiro João Guilherme comentou que na parte da tarde o
32 departamento se fará representar. Foi feito um lembrete sobre o tema do recorte para
33 migrantes no SOS Racismo, e também comentado de realizar também um levantamento
34 sobre a situação dos migrantes presos no Estado. O Conselheiro Yuri Roesler disse que
35 seria preciso notificar o DEPEN para obter estes dados. Foi relatado uma vez mais sobre
36 a dificuldade com a questão dos dados em decorrência de não se fazer mapeamentos e
37 também que os sistemas de atendimento de inúmeras instituições e entidades não se



42 integram. O conselheiro João Guilherme comentou que a Polícia Federal poderia colocar
43 a disposição sua base de dados, porém que apesar de serem convidados, já expressaram
44 dificuldade em participar das reuniões. Um outro caminho seria retomar o mapeamento
45 das entidades realizado na gestão passada, porém pelo tempo, que já estaria defasado.
46 Estes foram os relatos das comissões.

47 As treze horas e trinta minutos foi retomada a reunião com a plenária aberta a
48 comunidade. Foi apresentada e aprovada a pauta da parte da tarde. O primeiro ponto foi
49 a leitura e aprovação da ata do mês de março. Foi iniciada a leitura da ata, porém a
50 conselheira Maria Gorette solicitou questão de ordem dizendo que a leitura da ata é um
51 tema muito extenso e que toma muito tempo da reunião. Foi comentado que a ata deveria
52 ser enviada antecipadamente aos conselheiros para leitura e na reunião deveriam ser
53 feitas apenas observações e ressalvas e logo a aprovação. Havendo impasse do que
54 fazer com a ata, e para não deixá-la sem aprovação, foi decidido por aprová-la com
55 ressalvas e as devidas dúvidas e correções poderão ser feitas após a reunião. Logo após
56 foi feito relato do GT que está fazendo a mudança do texto da lei do CERMA. O grupo de
57 trabalho re reuniu previamente a reunião para a construção do texto da Lei, com a
58 colaboração dos eleitos para o grupo na reunião do mês de março. Havia sido combinado
59 que a leitura e exposição dos pontos da lei seria apresentado pelo conselheiro Guilherme
60 de Abreu, porém este não pode participar da reunião por um imprevisto na sua secretaria.
61 Sendo assim, a exposição foi feita pelo conselheiro João Guilherme. Ao começar a leitura,
62 houve questionamentos por parte de membros do GT de que não havia sido enviada uma
63 cópia previa a reunião para que eles fizessem leitura. O conselheiro João Guilherme
64 comentou que tinha isto por certo porque havia sido o que o conselheiro Guilherme de
65 Abreu havia comentado que faria. Foi constatado que o texto não foi enviado. No entanto,
66 foi decidido por manter-se a leitura e proceder-se a aprovação. Dos dispositivos do texto
67 foram aprovados facilmente aqueles que apenas tratando de mudanças no nome da
68 secretaria de justiça e do antigo DEDIHC. Alguns dispositivos foram tema de polêmica e
69 intenta discussão. Não havendo consenso foi deliberado para que o texto volte ao GT e
70 sejam reavaliados os pontos para que seja apresentado na reunião de agosto, pois as
71 duas próximas reuniões serão descentralizadas. O próximo ponto de pauta foi a leitura
72 das propostas apresentadas, e votadas na plenária do COTERMA 2018. Após a leitura
73 houve também intenta discussão sobre o que deveria ser feito com as propostas, uma vez
74 que vencido o prazo do último Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, o
75 objetivo do COTERMA e das propostas era reescrever e lançar outro Plano. Houve, sem
76 sucesso, uma discussão de qual seria a metodologia a ser adotada para a construção do
77 Plano. Foi deliberado então que as propostas deveriam ser enviadas as secretarias de
78 Estado para que se pronunciem sobre o tema e que os resultados retornem até o mês de
79 agosto para deliberação, uma vez que o Plano Plurianual deve ser construído até o mês



80 de setembro e algumas propostas podem ser garantidas no plano de governo dos
81 próximos quatro anos. O próximo ponto de pauta foi a apresentação e comentário do
82 conselheiro João Guilherme e da Presidente Márcia Ponce da primeira edição da Copa
83 dos Refugiados no Paraná. A ONG paulista África do Coração fez solicitação a SEJUF e a
84 CARITAS Paraná para que assumam e apoiem a realização do evento, e ambas
85 instituições decidiram por ajudar a organizar o evento proposto para o mês de setembro.
86 Algumas lideranças migrantes e associações de migrantes já foram procuradas para
87 participar do evento. Nos informes da secretaria-executiva, o conselheiro João Guilherme
88 repassou à plenária de ofício enviado pela Ouvidoria da SEJUF acerca de solicitação da
89 ASSOVENFI – Associação de Venezuelanos em Foz do Iguaçu, que apresentou a
90 Ouvidoria algumas demandas e solicitações. A secretaria-executiva enviou e-mail com
91 cópia a todos os conselheiros governamentais. Foi deliberado para que as secretarias de
92 Estado enviem resposta as solicitações da associação para a secretaria-executiva
93 repassar para a Ouvidoria.

94 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, por mim, conselheiro João
95 Guilherme de Mello Simão, que após lida por todos os conselheiros, será aprovada em
96 plenária.